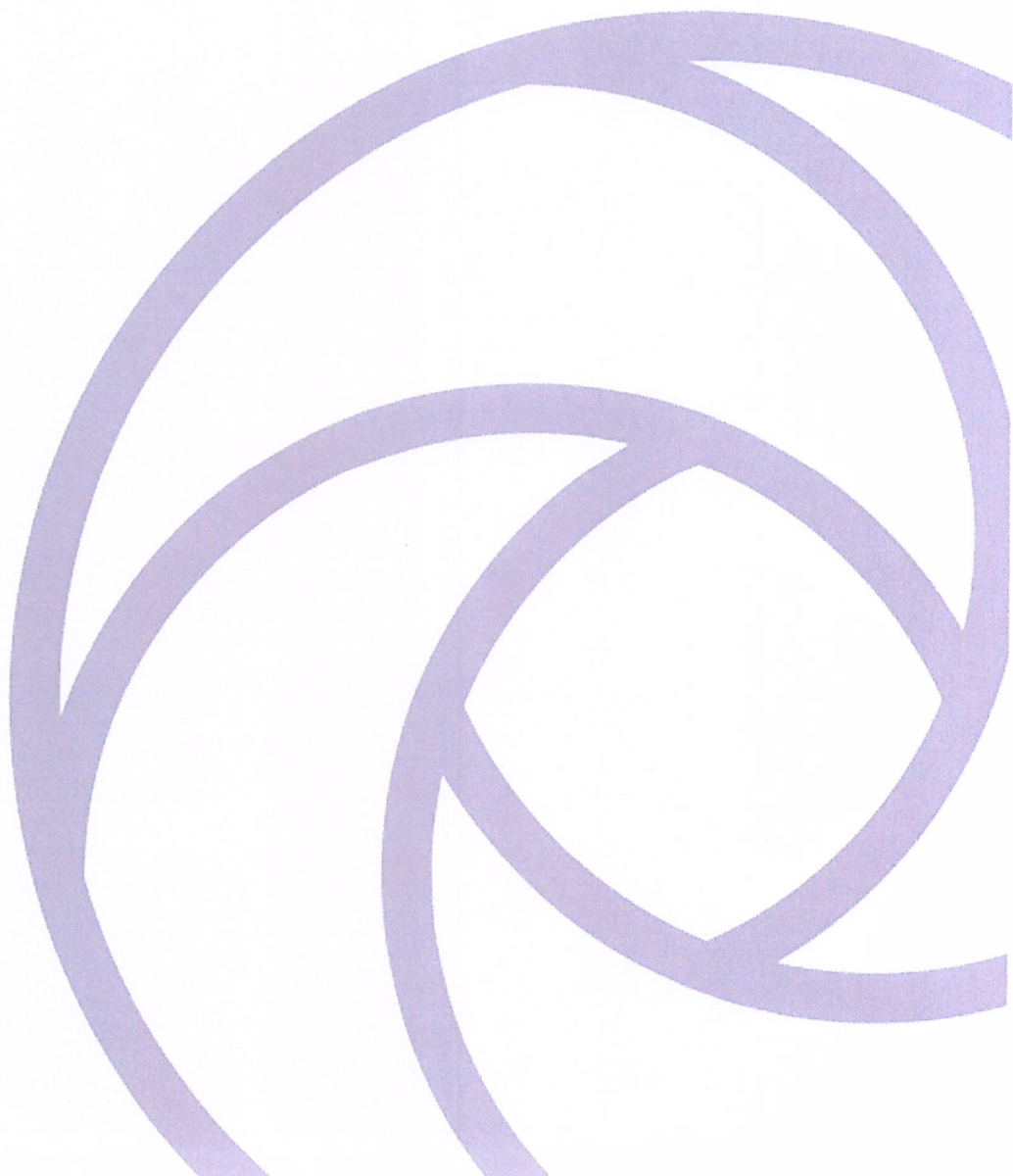


TV Record de Rio Preto S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 26471-074-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
TV Record de Rio Preto S.A.
São José do Rio Preto – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da TV Record de Rio Preto S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Diferença não conciliada entre o controle patrimonial da depreciação do ativo imobilizado e os registros contábeis

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 14.770 mil registrado na rubrica de depreciação acumulada do ativo imobilizado (ativo não circulante). Durante o exercício de 2025, a administração revisou os registros auxiliares do ativo imobilizado e reprocessou o cálculo da depreciação dos bens, tendo identificado diferença no montante de R\$ 1.195.345 entre os registros contábeis e os registros auxiliares analíticos do ativo imobilizado (registros contábeis registrados a maior). Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a citada diferença não havia sido reconciliada pela administração. Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obter evidências apropriadas e suficientes de auditoria que nos permitissem concluir quanto aos eventuais ajustes e itens de divulgação (se algum) nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude da citada limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

TV Record de Rio Preto S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	171.235	-
Contas a receber	4	855.094	889.686
Adiantamento a fornecedores	-	250	4.290
Impostos a recuperar	5	14.709	3.006
Partes relacionadas	6	270.442	143.104
Despesas antecipadas	-	24.425	24.723
Total do ativo circulante		1.336.155	1.064.809
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	14	92.615	26.266
Imobilizado	7	2.407.813	2.547.100
Intangível	8	1.134.354	951.288
Total do ativo não circulante		3.634.782	3.524.654
Total do ativo		4.970.937	4.589.463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TV Record de Rio Preto S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	920.949	1.164.373
Fornecedores	10	703.554	882.646
Contas a pagar	11	78.534	47.304
Impostos e contribuições a recolher	-	150.066	165.194
Impostos parcelados e débitos fiscais federais	13	690.255	690.255
Salários e encargos sociais	12	1.266.755	1.096.673
Partes relacionadas	6	1.241.012	120.744
Adiantamentos de clientes	-	21.568	11.927
Outras contas a pagar	-	11.025	10.381
Total do passivo circulante		5.083.718	4.189.497
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	228.345
Impostos parcelados e débitos fiscais federais	13	14.702.374	14.917.130
Provisões para riscos e discussões judiciais	14	97.412	69.649
Total do passivo não circulante		14.799.786	15.215.124
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	15	1.822.459	1.822.459
Prejuízos acumulados		(16.735.026)	(16.637.617)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(14.912.567)	(14.815.158)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a		4.970.937	4.589.463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TV Record de Rio Preto S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	16	13.067.718	13.304.081
Custos das operações e das produções	17	(6.719.382)	(6.561.334)
Lucro bruto		6.348.336	6.742.747
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	18	(2.301.203)	(2.410.067)
Gerais e administrativas	19	(3.328.185)	(3.363.838)
Outras (despesas) e receitas operacionais	-	(53.572)	374.044
Total		(5.682.960)	(5.399.861)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	17.767	110.853
Despesas financeiras	20	(887.504)	(930.139)
Total		(869.737)	(819.286)
Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias		(97.217)	523.600
Imposto de renda e contribuição social	21	(192)	(59.130)
Lucro (prejuízo) do exercício		(97.409)	464.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TV Record de Rio Preto S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(97.410)	464.470
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(97.410)	464.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis:

TV Record de Rio Preto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.822.459	(17.102.087)	(15.279.628)
Lucro do exercício	-	464.470	464.470
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.822.459	(16.637.617)	(14.815.158)
Prejuízo do exercício	-	(97.409)	(97.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.822.459	(16.735.026)	(14.912.567)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TV Record de Rio Preto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias	-	(97.217)	523.600
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	7.2 e 8	399.085	371.866
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	320.584	289.097
Juros sobre impostos parcelados e atualização monetária	13	475.499	391.927
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	4	6.073	4.465
Provisões para riscos e discussões judiciais	14	61.663	15.649
Resultado na venda e baixa do imobilizado e intangível	7.2 e 8	1.832	11.404
Total		1.167.519	1.608.008
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	4	28.519	(158.499)
Impostos a recuperar	5	(11.703)	71.401
Contas a receber com partes relacionadas	6	(127.338)	4.200
Adiantamentos a fornecedores	-	4.040	(4.290)
Despesas antecipadas	-	298	1.036
Depósitos judiciais	14	(66.349)	(26.266)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	10	(179.092)	(292.176)
Contas a pagar	11	31.231	(226.468)
Impostos e contribuições a recolher	-	(15.129)	(30.879)
Salários e encargos sociais	12	170.082	97.983
Contas a pagar com partes relacionadas	6	1.120.268	12.742
Adiantamentos de clientes	-	9.641	(31.633)
Outras contas a pagar	-	644	10.381
Caixa gerado pelas operações		2.132.631	1.035.540
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(192)	(58.396)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.132.439	977.144
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(88.126)	(97.389)
Aquisição de intangível	8	(356.570)	(301.028)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(444.696)	(398.417)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	9	4.398.726	947.525
Amortização de empréstimos	9	(4.870.495)	(909.687)
Juros pagos sobre empréstimos	9	(320.584)	(213.899)
Amortização do REFIS e parcelamentos	13	(265.479)	(271.584)
Juros pagos do REFIS e parcelamentos	13	(424.776)	(418.672)
Pagamento de contingências	14	(33.900)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(1.516.508)	(866.317)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		171.235	(287.590)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3	-	287.590
No final do exercício	3	171.235	-
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		171.235	(287.590)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A TV Record de Rio Preto S.A. (“Companhia”) tem como objeto a exploração de atividades de televisão aberta, com a finalidade educacional, cultural, informativa, cívica e patriótica, bem como a exploração comercial do empreendimento em qualquer parte do território nacional, mediante atos permissivos do Governo Federal.

A Companhia desenvolve sua grade de programação por meio de programas televisivos adquiridos ou produzidos internamente, tendo como origem de sua receita, substancialmente, a venda de espaços publicitários em sua grade de programação e através de seu portal na Internet e *merchandising*.

A grade de programação apresentou grandes mudanças, visando sua adequação às estratégias de crescimento e consolidação da emissora no cenário local e regional, sendo que para os próximos anos, esta estratégia deverá permanecer buscando melhorar o nível de audiência.

Evolução das operações e resultados da Companhia

Os investimentos continuarão sendo implementados, visando o crescimento, que normalmente é proveniente de investimentos tecnológicos, reconhecimento e valorização dos nossos profissionais, união entre os departamentos, incremento das ações de mídia/promocionais e, sobretudo, uma abordagem comercial mais agressiva e criteriosa com o discurso de liderança para o mercado anunciante.

Sempre buscando aprimorar a melhoria constante dos sinais e da qualidade no áudio e vídeo de nossa transmissão e também na ampliação e modernização da emissora, adquirindo tecnologia para expansão dos 36 postos de retransmissão, contamos atualmente em nossa Matriz com 1 transmissor Digital 2,5 kw no SBTVD –Sistema Brasileiro de Televisão Digital, que cobre toda a cidade de São José do Rio Preto e entorno e diversos equipamentos tanto para emissora, quanto para os 36 postos de retransmissão que são responsáveis pela distribuição do sinal da Record TV em nossa área de cobertura que abrange 181 municípios e aproximadamente 3 milhões de habitantes. Possuímos *Uplink* completo, com antena de 4,5 metros com redundância na sede Matriz da TV em São José do Rio Preto.

Podemos citar que nos últimos 07 anos os investimentos em novas tecnologias em nosso Ativo Fixo foram muito agressivos. Master HDTV, Câmeras HDTV, sinal digital com transmissor HDTV nos municípios de Presidente Prudente e Araçatuba, transmissores digitais e a subida de UPLINK completa. Foram implantados e finalizados os sinais digitais em 34 cidades/postos de retransmissão de nossa região.

Além de toda a manutenção e revitalização necessária nos demais postos já instalados, conforme diretrizes da nossa Diretoria de Expansão, Equipe Técnica, Engenharia e deliberações legislativas da Anatel e do Ministério das Comunicações, nossa equipe Técnica promove manutenções preventivas em todos os equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 97.409, (lucro no montante de R\$ 464.470 em 2024), capital circulante líquido negativo de R\$ 3.547.563, (negativo em R\$ 3.124.688 em 2024) e patrimônio líquido negativo de R\$ 14.912.567, (negativo em R\$ 14.815.158 em 2024). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo e patrimônio líquido negativo será revertida no futuro, como resultado dos investimentos efetuados e, com isso, gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

As demonstrações contábeis da TV Record de Rio Preto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2026.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do resultado

As receitas de publicidade, originadas da venda de espaço publicitário nas grades de programação, são reconhecidas de acordo com a inserção da publicidade. Os custos e as despesas são registrados obedecendo ao regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. Sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido da mais-valia resultante de reavaliações, com base em avaliações passadas efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens com os respectivos valores residuais.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado, se este for maior que seu valor recuperável estimado.

e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2025 e 2024.

f) Intangível

Marcas registradas e licenças de *software*

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. Os ativos, que possuem vida útil indefinida, não são amortizados.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas, com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Bonificação de volume e comissões de agências

As bonificações de volume e as comissões de agências são registradas a partir do faturamento e apropriadas ao resultado a partir da veiculação comercial. As comissões de agências estão apresentadas como dedução da receita e as bonificações de volume estão apresentadas como despesas com vendas na demonstração do resultado.

i) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial das transações, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas praticadas nas captações de recursos e os riscos de inadimplência.

Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas ou receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, em relação aos fluxos de caixa contratuais.

j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, como a mensuração de posição para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, estimativa da vida útil de determinados ativos e outras similares, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados, que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Provisões para riscos e discussões judiciais

As provisões para riscos e discussões judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos futuros.

k) Lucro líquido básico e diluído por ação

É calculado com base na quantidade média ponderada de ações em circulação verificada durante o ano.

No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidores.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

m) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, demais contas a receber, partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar, bonificações de volume e comissões a pagar e outras contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

- A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.3. Normas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

Reforma tributária internacional

Em outubro de 2024, seguindo as diretrizes do Pilar 2, entrou em tramitação a MPV 1262 que visa instituir um Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE) e por meio da IN RFB 2228 estabelecer uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros dessas empresas, alinhando-se às normas internacionais coordenadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo G2. A IN produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Conforme a MPV, se sujeitará ao adicional o grupo de empresas que:

- a) tiver auferido receita total nos países em que opera superior a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro anos fiscais imediatamente anteriores ao analisado;
- b) na jurisdição do Brasil, seguindo o padrão contábil nela vigente, apresentar Alíquota Efetiva inferior a 15%; e
- c) apresentar Lucros Excedentes positivos, após excluir do lucro líquido contábil as Exclusões Baseadas na Substância (custos elegíveis da folha de pagamento e valor contábil dos ativos tangíveis elegíveis) na jurisdição do Brasil.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Reforma tributária no Brasil

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabeleceu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. Vários temas, inclusive a alíquota teto, foram regulamentados pela Lei Complementar 214/25, sancionada em janeiro de 2025, com alguns vetos a trechos do texto aprovado pelo Congresso Nacional. A lei teve origem no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da LC.

A alíquota padrão será estabelecida em futura lei e estima-se a alíquota teto da soma do IBS e da CBS em 26,5% de, a partir

de 2033. Em 2026, inicia-se o período de teste da CBS e do IBS, às alíquotas de 0,9% e 0,1% respectivamente, compensáveis com PIS/Cofins, sendo dispensado o recolhimento caso o contribuinte cumpra as obrigações acessórias. A partir de 2027, inicia-se a cobrança integral da CBS. Para o IBS, permanece o período de teste em 2027 e 2028, com alíquotas de 0,05% Estadual e 0,05% Municipal e a partir de 2029 até 2032, ocorre a transição do ICMS e ISS via aumento gradual das alíquotas do IBS e redução gradual das alíquotas do ICMS e ISS. da CBS.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos das citadas reformas tributárias.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	171.235	-
Total	171.235	-

O saldo acima refere-se ao fluxo de caixa positivo em 31.12.2025, no Banco Bradesco S.A.

4. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Anunciantes	1.793.491	1.850.411
Anunciantes – permuta	129.534	171.572
Anunciantes - Governos e prefeituras	90.747	20.308
(-) Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.158.678)	(1.152.605)
Total contas a receber	855.094	889.686

A movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.152.605)	(1.148.140)
Adições	(6.073)	(4.465)
Saldo no final do exercício	(1.158.678)	(1.152.605)

A composição das contas a receber de anunciantes faturadas por período de vencimento é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	478.593	479.448
Vencidas		
Até 30 dias	95.474	133.810
de 31 a 60 dias	16.136	43.673
de 61 a 90 dias	7.500	37.118
de 91 a 180 dias	12.567	85.022
Acima de 180 dias	1.403.502	1.263.220
Total	2.013.772	2.042.291

5. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	14.709	3.006
Total	14.709	3.006

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas por repasses de comercializações e demais saldos são provenientes de eventuais vendas de ativos realizadas em condições acordadas entre as partes, bem como reembolsos de despesas e aluguéis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Receitas/ (custos)	Ativo	Passivo	Receitas/ (custos)
Rádio e Televisão Capital Ltda.	31.551	12.000	74.877	3.734	14.952	9.035
Televisão Sociedade Ltda.	-	5.512	53.320	-	7.942	(6.066)
Record do Rio de Janeiro Ltda.	1.249	-	31.159	2.209	2.142	15.467
Rádio e Televisão Record S.A.	237.642	1.223.500	(127.880)	137.161	95.708	1.370.421
Banco Digimais S.A.	-	-	-	-	-	(176.939)
Total	270.442	1.241.012	31.476	143.104	120.744	1.211.918

6.1. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 299.419 (R\$ 288.243 em 31 de dezembro de 2024).

7. Imobilizado

7.1. Composição

	% - Taxa média de depreciação	Custo	31/12/2025		31/12/2024
			Depreciações acumuladas	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	103.464	-	103.464	103.464
Edifícios	4%	2.353.711	(1.902.028)	451.683	480.127
Equipamentos	10%	12.130.362	(10.516.742)	1.613.620	1.712.309
Cenografia	20%	216.489	(114.255)	102.234	102.234
Ferramentas	20%	14.263	(12.637)	1.626	254
Móveis e utensílios	10%	960.418	(946.656)	13.762	36.536
Computadores e periféricos	10%	847.223	(837.342)	9.881	12.666
Instalações	20%	334.959	(255.696)	79.263	54.754
Benfeitorias em imóveis de terceiros					
(a)	-	217.301	(185.021)	32.280	44.756
Total		17.178.190	(14.770.377)	2.407.813	2.547.100

(a) Conforme prazo de vigência do contrato de locação (quando aplicável).

7.2. Movimentações

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida nos anos de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2025
Terrenos	103.464	-	-	-	103.464
Edifícios	480.127	-	(28.444)	-	451.683
Equipamentos	1.712.309	41.950	(138.807)	(1.832)	1.613.620
Cenografia	102.234	-	-	-	102.234
Ferramentas	254	1.832	(460)	-	1.626
Móveis e utensílios	36.536	11.643	(34.417)	-	13.762
Computadores e periféricos	12.666	1.744	(4.529)	-	9.881
Instalações	54.754	30.957	(6.448)	-	79.263
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.756	-	(12.476)	-	32.280
Total	2.547.100	88.126	(225.581)	(1.832)	2.407.813

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2024
Terrenos	103.464	-	-	-	103.464
Edifícios	507.961	-	(27.834)	-	480.127
Equipamentos	1.803.145	46.255	(137.091)	-	1.712.309
Cenografia	106.315	-	(4.081)	-	102.234
Ferramentas	745	-	(491)	-	254
Móveis e utensílios	50.643	32.228	(34.931)	(11.404)	36.536
Computadores e periféricos	467	15.399	(3.200)	-	12.666
Instalações	55.187	3.507	(3.940)	-	54.754
Benfeitorias em imóveis de terceiros	57.232	-	(12.476)	-	44.756
Total	2.685.159	97.389	(224.044)	(11.404)	2.547.100

8. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Software	20%	2.465.544	(1.331.190)	1.134.354	951.288
Total		2.465.544	(1.331.190)	1.134.354	951.288

A movimentação do ativo intangível ocorrida nos anos de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Software	951.288	356.570	(173.504)	1.134.354
Total	951.288	356.570	(173.504)	1.134.354

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Software	798.083	301.027	(147.822)	951.288
Total	798.083	301.027	(147.822)	951.288

9. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos	920.949	1.392.718
Total	920.949	1.392.718
Curto prazo	920.949	1.164.373
Longo prazo	-	228.345

Empréstimos

A Companhia possui um empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A. e um empréstimo junto ao Banco Digimais, para o capital de giro e aquisição de investimentos, sem garantias fiduciárias, cujas taxas são de 21,2691% e pagamento em 12 parcelas (Banco Bradesco) e 31,3700% a.a. e pagamento em 36 parcelas (Banco Digimais).

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.392.718	1.279.682
Captação de empréstimos	4.398.726	947.524
Encargos financeiros e atualizações monetárias	320.584	289.097
Amortização de empréstimos	(4.870.495)	(909.686)
Juros pagos sobre empréstimos	(320.584)	(213.899)
Saldo atual	920.949	1.392.718

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e equipamentos	703.554	882.646
Circulante	703.554	882.646

Os fornecedores são compostos por produtos e serviços para o dia a dia e para o bom funcionamento da Emissora, produtos de uso e consumo outros serviços diversos. A Companhia orçou e executou uma redução de 2024 para o ano de 2025 nestas contas específicas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem fornecedores a vencer com prazo superior a 12 meses.

11. Contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Prestadores de serviços	38.199	14.896
Consumo de energia elétrica	11.710	10.533
Aluguéis/direitos	10.702	-
Outras	17.923	21.875
Circulante	78.534	47.304

As contas a pagar são compostas de fornecedores de utilidades e serviços, tais como luz, água, aluguéis, condomínios e outros fornecedores de serviços. Houve um aumento nestas contas de 2024 para o ano de 2025 devidos a saldos em aberto com prestadores de serviço de advocacia.

12. Salário e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas	938.546	838.450
Encargos sociais a recolher	168.349	137.505
Provisões comerciais	42.910	75.229
Provisões de FGTS sobre obrigações trabalhistas – férias e 13º salário	116.950	45.489
Total de salário e encargos sociais	1.266.755	1.096.673

13. Parcelamentos de impostos e débitos fiscais federais

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.607.385	15.903.312
Encargos financeiros e atualizações monetárias	475.499	394.329
Juros pagos sobre parcelamentos	(424.776)	(418.672)
Amortizações sobre parcelamentos	(265.479)	(271.584)
Total de parcelamentos	15.392.629	15.607.385
Circulante	690.255	690.255
Não circulante	14.702.374	14.917.130

14. Provisões para riscos e discussões judiciais

Baseada na opinião dos seus advogados, a Companhia possui nos exercícios findos em 2025 e 2024, processos fiscais, cíveis e trabalhistas com expectativas de perda classificadas como provável e depósitos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	67.412	54.000
Cíveis	30.000	15.649
Total	97.412	69.649

Resumo da movimentação em 2025

	31/12/2024	Provisão	Reversão	Pagamentos	31/12/2025
Trabalhistas	54.000	17.275	-	(3.863)	67.412
Cíveis	15.649	66.244	(15.848)	(36.045)	30.000
Total	69.649	83.519	(15.848)	(39.908)	97.412

Resumo da movimentação em 2024

	31/12/2023	Provisão	31/12/2024
Trabalhistas	54.000	-	54.000
Cíveis	-	15.649	15.649
Total	54.000	15.649	69.649

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ainda diversos processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus advogados e para as quais não foram constituídas provisões para contingências, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.996.540	1.733.838
Cíveis	-	434.000
Total	1.996.540	2.167.838

Depósitos Judiciais em 2025

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	92.615	26.266
Total	92.615	26.266

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.822.459 e está representado por 53.142 ações sendo, 37.200 (Ordinárias – ON) e 15.942 (Preferenciais – PN).

	Ordinárias quantidade	Preferenciais quantidade	Total (R\$)
Rádio e Televisão Record S.A.	-	15.942	546.737
Edir Macedo Bezerra	33.480	-	1.148.149
Ester Eunice Rangel Bezerra	3.720	-	127.573
Total	37.200	15.942	1.822.459

16. Receita líquida de vendas

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	13.835.171	14.190.857
Deduções de vendas		
Tributos sobre vendas	(669.343)	(730.720)
Comissões, cancelamentos e notas de crédito	(98.110)	(156.056)
Receita líquida de vendas	13.067.718	13.304.081

17. Custos das operações e das produções

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(4.550.649)	(4.230.619)
Serviços prestados por terceiros	(420.161)	(592.203)
Depreciação e amortização	(142.792)	(139.077)
Manutenção, conservação e reparos	(92.307)	(168.003)
Despesas com locação	(571.344)	(657.325)
Custos auxiliares de produção	(119.452)	(120.651)
Utilidades e serviços	(657.412)	(615.136)
Outros	(165.265)	(38.320)
Total	(6.719.382)	(6.561.334)

18. Despesas com vendas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com o pessoal	(1.490.323)	(1.432.772)
Serviços prestados por terceiros	(425.764)	(646.827)
Manutenção, conservação e reparos	(67.206)	(66.882)
Utilidades e serviços	(46.601)	(116.743)
Marketing e publicidade	(51.419)	(115.417)
Despesas com locação	(4.026)	(26.333)
Outras	(215.864)	(5.093)
Total	(2.301.203)	(2.410.067)

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(1.844.395)	(1.656.203)
Serviços prestados por terceiros	(162.579)	(274.649)
Depreciação e amortização	(243.817)	(220.313)
Honorários e gratificações da diretoria	(299.419)	(288.243)
Manutenção, conservação e reparos	(204.966)	(221.385)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(6.073)	(4.465)
Provisão para contingências	(67.827)	(15.649)
Utilidades e serviços	(40.661)	(95.460)
Material de uso e consumo	(61.939)	(66.989)
Mensalidades e anuidades	(51.229)	(133.445)
Eventos e promoções	(104.469)	(65.863)
Outros	(240.811)	(321.174)
Total	(3.328.185)	(3.363.838)

20. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Descontos financeiros obtidos	16.764	106.375
Juros ativos e juros s/impostos a recuperar	668	4.478
Rendimentos em aplicações	335	-
Total	17.767	110.853
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(20.648)	(33.725)
Juros passivos sobre empréstimos	(177.188)	(289.097)
Juros passivos sobre títulos em atraso	(52.976)	(37.058)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(475.499)	(394.329)
Encargos financeiros conta garantida	(143.396)	(156.778)
Tarifas bancárias	(17.797)	(19.152)
Total	(887.504)	(930.139)
Resultado financeiro obtido	(869.737)	(819.286)

21. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) / lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(97.217)	523.600
Alíquota nominal combinada %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	33.054	(178.024)
Compensação de prejuízos fiscais	-	60.146
Adições (exclusões) permanentes	(33.246)	58.748
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado – Corrente	(192)	(59.130)
Alíquota efetiva	0,20%	11,29%

O total dos prejuízos fiscais e base negativa acumulados em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 36.692.823 (R\$ 35.939.165 em 2024).

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia e suas operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

i) **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores de mercado de caixa, bancos conta movimento e das aplicações financeiras, apresentados na Nota Explicativa nº 3, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;

ii) **Contas a receber de clientes:** estão comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 4;

iii) **Saldos e transações com partes relacionadas:** estão comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 6;

iv) **Empréstimos e financiamentos:** estão comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 9;

v) **Fornecedores:** estão comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 10;

vi) **Contas a pagar:** estão comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 11.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Risco de crédito

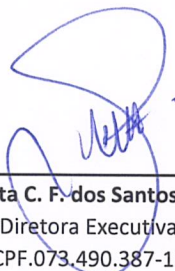
Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de câmbio

Decorre das variações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas nos contratos assinados pela Companhia para a aquisição de equipamentos e insumos técnicos.

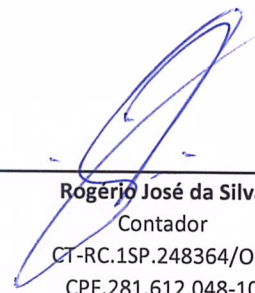
23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia busca no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação, ela mantém, em 31 de dezembro de 2025, contratos de seguros a valores considerados compatíveis com os riscos envolvidos. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.



Roberta C. F. dos Santos Costa
Diretora Executiva
CPF.073.490.387-12
RG.11.079.886-5

Luiz Cláudio da Silva Costa
Diretor Presidente
CPF.959.488.997-72
RG.35.161.817-X SSP/SP



Rogério José da Silva
Contador
CT-RC.1SP.248364/O-4
CPF.281.612.048-10

* * *